



Equidade para os diferentes¹

Juliana Prestes de Oliveira²

Amanda L. Jacobsen de Oliveira³

Anselmo Peres Alós⁴

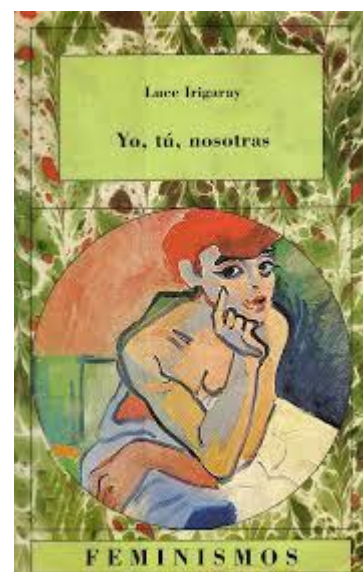
IRIGARAY, Luce. **Yo, tu, nosotras**. Trad. Pepa Linhares. Madrid: Cátedra, 1992. 132 p.

Luce Irigaray inicia sua obra evocando a leitura de *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, a fim de discutir a luta pela libertação feminina e por direitos iguais, bem como a relação da mulher com sua própria identidade, subjetividade. Um dos principais argumentos de Irigaray, para que haja conquistas mais efetivas para as mulheres, é uma mudança de perspectiva: ao invés de igualdade, equidade:

reclamar la igualdad, como mujeres, me parece la expresión equivocada de um objetivo real. Reclamar la igualdad implica um término de comparación. ¿A qué o a quién desean igualarse las mujeres? ¿A los hombres? ¿A um salário? ¿A um puesto publico? ¿A qué modelo? ¿Por qué no a si mismas? (IRIGARAY, 1992. p. 9).

A partir de tal ponto de vista é possível repensar algumas colocações das lutas feministas, refletindo se a postura tomada de luta por igualdade do modo como está sendo feito é mais eficaz na conquista por direitos básicos. Não seria importante pensar primeiro que somos diferentes uns dos outros, o que não significa um ser inferior ou submisso ao

outro, para então ter igualdade de direitos? Para Irigaray essa é a melhor solução, pois é utópico pensar em igualdade de gênero, a exploração sexual “está baseada em la diferencia sexual y sólo por la diferencia sexual puede resolverse” (IRIGARAY, 1992,



¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Licenciada em letras Português-inglês, pela UTFPR e Mestra em Letras Literatura, pelo PPGLetras, UFSM/RS. Atualmente é doutoranda em Letras Literatura, bolsista CAPES/DS, e acadêmica do Curso EaD de Especialização em TICs aplicadas à educação, ambos pela UFSM. E-mail: jprestesdeoliveira@gmail.com

³ Doutoranda e Mestra em Letras Literatura, na linha de pesquisa Literatura, cultura e interdisciplinaridade, pelo PPGLetras, UFSM/RS, como bolsista CAPES/DS. Licenciada em Letras Português-Ingês (UTFPR). E-mail: amandajacobsen.o@gmail.com

⁴ Possui graduação e Doutorado em Letras, pela UFRGS, e Pós-Doutorado, pela UFPE. É professor Adjunto na UFSM/RS. E-mail: anselmoperesalós@gmail.com

p. 9). Contudo, tal perspectiva da autora não leva em consideração o todo da sociedade. Ela ainda está presa ao binarismo e pensa somente em dois gêneros: “Lo realmente importante [...] es definir los valores de la pertenencia a um género que resulten aceptables para cada uno de los sexos. Lo indispensable es elaborar una cultura de lo sexual, aún inesistente, desde el respeto a los dos géneros” (IRIGARAY, 1992, p. 10).

Durante a leitura é possível perceber outro ponto complicado no argumento de Irigaray. A autora afirma que os trabalhos das feministas, em buscar a igualdade, pode causar a destruição das próprias mulheres, de seus valores, a igualdade, “puede hacerse realidad sin un pensamiento del género em tanto que sexuado, sin una nueva inclusión de los derechos y deberes de cada sexo, considerado como diferente, em los derechos y deberes sociales” (IRIGARAY, 1992, p. 10). Além de defender a ideia de que a diferença sexual é imprescindível para a manutenção da espécie. Mas que valores são esses? Há valores somente das mulheres? É necessário separar os direitos conforme os sexos? O que são direitos e deveres sociais? Quem decidirá isso? Não deveríamos pensar em como consolidar os direitos e deveres humanos e que todos somos humanos, independente do sexo? Será tão necessários assim a diferenciação dos sexos para nossa espécie?

Irigaray objetiva fazer, além de crítica e denúncia, por meio de seu texto,

interpretar la organización social en función de su orden, o desorden, sexual. Aputan también algunos instrumentos concretos de análisis de esa dimensión y muestra, através de ejemplos tomados de vários sectores importantes de conocimiento actual, que la justicia social no es posible sin un cambio cultural del que apenas sabemos nada (IRIGARAY, 1992, p. 19).

E discutir sobre o modo como está vinculada à cultura e à linguagem a diferença sexual, e como os valores considerados universais se manifestam como domínio de uma parte da humanidade sobre a outra. Nesse caso, a masculina sobre a feminina, mantendo o patriarcalismo no topo da cadeia. Irigaray vê como solução para esse problema

el derecho a la dignidade humana para todos. Y ello quiere decir un derecho que valore las diferencias. Los sujetos no son idénticos ni iguales, y no conviene que lo Sean. Particularmente, en el caso de los sexos. Se impone, por tanto, comprender y modificar los instrumentos sócio-culturales que regulan los derechos subjetivos y objetivos. Una justicia social, claramente sexual, no puederealizar-se sin transformaciones em las leyes de la lengua y de los conceptos de verdad y valor que organizan el orden social. La modificación de los instrumentos culturales es tan necesaria a médio largo prazo como el reparto de los biens netamente matariales (IRIGARAY, 1992, p. 19).

A posição de Irigaray sobre a importância de considerarmos as diferenças entre os sexos contribui para pensarmos o quanto as mulheres desconhecem a si mesmas, as suas subjetividades e como nossa cultura está organizada de forma a separar as mulheres. Um exemplo disso, comentado pela autora, é a falta de vínculo entre mãe e filha, o qual é bloqueado em nome do vínculo pai e filho, e o entre mãe e filho fica

restrito apenas a amamentação. O privilegiado acaba sendo sempre o filho em detrimento da filha. Segundo Irigaray, para que isso mude e para

obtener un estatuto subjetivo equivalente al de los hombres, las mujeres deben hacer que se reconozca su deferencia. Deben afirmarse como sujetos portadores de valor, hijas de madre y de padre, respetuosas del otro en ellas y exigiendo de la sociedad idéntico respeto (IRIGARAY, 1992, p. 44).

Quando isso não ocorre, o resultado é o não conhecimento das mulheres sobre quem elas são, não há genealogias femininas, as mulheres não constroem histórias e memórias sobre elas, o que temos são perspectivas masculinas e uma linguagem masculina, tidas como universais, que corroboram com a submissão e apagamento feminino. Destarte, faz-se necessário “fomentar las relaciones de identidad entre madres e hijas” (IRAGARAY, 1992, p. 44), pois enquanto a mulher for rechaçada como mulher sujeito sua filha também será. Com o intuito de mostrar como isso é possível, Irigaray apresenta algumas sugestões práticas de como cultivar a relação mãe-filha, no capítulo “La cultura de la diferencia”.

Para Irigaray, a religião e os mitos influenciam, de forma significativa, em nossa sociedade e o patriarcado aproveita-se disso. No entanto, a autora afirma que o patriarcado, a falocracia,

son en cierta forma mitos que, por falta de distanciamiento, llegan a considerarse el único orden posible. Da ahí nuestra tendencia a pensar que los mitos representan realidades secundarias, y no una de las principales expresiones de lo que organiza la sociedad en una época concreta” (IRIGARAY, 1992, p. 21).

Assim, é preciso entender que essa “ordem” tida como natural e normal, ao qual estamos organizados em nossa sociedade, é tão construção humana como qualquer mito e, por isso, pode ser revista. Principalmente se pensarmos que essa ordem só serve para poucos e oprime os demais.

A linguagem hoje utilizada, a qual é predominantemente masculina, é um dos meios de manutenção do patriarcado e que impossibilita que a mulher expresse a sua subjetividade e mostre-se diferente do homem. A libertação sexual não será conquistada ao todo se não houver mudança nas leis linguísticas. Segundo a autora, “el sexo es una importante dimensión cultural, pero necesitamos encontrar un nuevo equilibrio para las relaciones entre los sexos e la lengua, la sociedad y la cultura” (IRIGARAY, 1992, p. 31). Ao tratar da linguagem, Irigaray defende também que há uma escrita feminina:

soy una mujer. Escribo con la que soy.[...] Todo mi cuerpo es sexuado. Mi sexualidad no acaba en mi sexo o en el acto sexual. [...] la escritura alfabética se encuentra ligada históricamente a la codificación civil y religiosa de los poderes patriarcales. No contribuir a sexuar la lengua y sus formas escritas significa perpetuar la pseudoneutralidad de las leyes y tradiciones que privilegian las genealogias masculinas y sus códigos lógicos (IRIGARAY, 1992, p. 50-51).

Essa escrita feminina faz parte do argumento de Irigaray que defende a existência de uma subjetividade feminina que é diferente da masculina, por isso a ideia de equidade e não igualdade. Porém, a autora fala em uma única subjetividade feminina e com isso ela ignora as múltiplas subjetividades e identidades femininas, criando uma norma que exclui quem não se encaixa a ela. Ademais, também não considera as demais sexualidades e gêneros. Ainda a respeito dessa subjetividade, Irigaray aponta para a noção do feminino ligado à natureza, enquanto o masculino está ligado à cultura. Tal retomada da natureza, por meio da discussão sobre o mito de Deméter e Perséfone (mito das estações do ano), é feita pela autora a fim de pensar a genealogia feminina, os ciclos femininos. Assim, Irigaray recupera a integração da natureza com o feminino, reiterando o binarismo cultura e natureza (homem e mulher). Todavia, autora reforça o pensamento, já consolidado em nossa sociedade, de atrelar a mulher automaticamente à maternidade, como se só isso definisse a mulher. Sua preocupação acaba ficando presa a procriação e manutenção da espécie, reforçando a heteronormatividade.

Apesar disso, seu texto contribui, de alguma forma, para pensarmos em um existencialismo estratégico que garanta um lugar à mulher e avanços na tentativa de mostrar que há uma subjetividade feminina, a qual antes era desconsiderada. Baseada nesse pressuposto, Irigaray rompe com a ideia de feminismo da igualdade e propõe o feminismo da diferença. Categoria essa que recai sobre o feminino, porque o masculino é tido como universal e neutro.

Outro ponto muito várias vezes mencionado e reforçado por Irigaray é a ideia de homens e mulheres serem muito distintos, com valores e comportamentos próprios que devem ser considerados, o que sustenta a perspectiva de haver uma subjetividade masculina e uma feminina. Tal ponto de vista coloca a humanidade em duas caixinhas, ou na masculina ou na feminina, cada uma com comportamentos, valores e atitudes condizentes com cada caixa. O binarismo sexual já existente e contra o qual muitas feministas lutam para romper. Isso fica claro quando Irigaray, ao falar sobre a relação mãe-filha (ideia importante para se pensada, mas com alguns problemas na forma como a autora apresenta), sugere

a las madres actuales que no enseñen a sus hijas a ser como los hombres, por el contrario, que eduquen a los hijos varones en las virtudes sociales propias de las hijas manteniéndose sexualmente masculinos: saber estar em silencio, tranquilos; hablar suavemente, , abstenerse de juegos ruidosos y violentos, estar atentos a los demás, practicar la humildad y la paciencia, etc (IRIGARAY, 1992, p. 61).

Há necessidade de fazermos isso? O que isso melhorará na conquista das mulheres por direitos e espaço enquanto seres humanos na sociedade? Esses valores que autora considera como feminino são realmente feminino ou são construções da sociedade patriarcal, a fim de tentar controlar o ímpeto das mulheres? Por que é necessário ter o cuidado para manter o menino como sexualmente masculino? Ensinar “coisa de menina” sem cuidado pode transformar a sexualidade do menino? Isso não seria preconceituoso? Apesar dessa problemática, ainda muito atrelada ao binarismo

sexual, a autora traz à tona colocação muito significativa para o feminismo: só ocorrerá mudança se houver uma nova valorização do gênero feminino. Acrescentamos ainda, que não somente do gênero feminino, mas do ser humano, independentemente do gênero a que pertence.

Ao pensar na equidade ao invés da igualdade, Irigaray contribui para o rompimento da ideia de que as mulheres, para conseguirem espaço precisam esquecer-se de si e “agir como homens”, pois se fazer de homem reforça a falta de reconhecimento da identidade feminina:

Ser mujer equivale a no ser hombre. [...] la libertación de las mujeres no pasa por “convertirse en hombres” o en envidiar objetos o partes del hombre, sino por que los sujetos mujeres den un nuevo valor a la expresión de su sexo y de su género. Lo que es completamente distinto (IRIGARAY, 1992, p. 69).

A autora defende que “las mujeres gozan ahora de ciertos derechos que antes no tenían en cuanto a adquisición y disposición de bienes. Pero este progreso, insuficiente y frágil, solo podrá estabilizarse si va acompañado del derecho a la vida, derecho siempre sexuado” (IRIGARAY, 1992, p. 75). Ela quer que o código civil assegure os direitos das mulheres: “es pura y simple justicia social reequilibrar el poder de un sexo o género sobre el outro concediendo, o volviendo a conceder, derechos objetivos y subjetivos a las mujeres; derechos adaptados a sus cuerpos sexuados” (IRIGARAY, 1992, p. 78).